

externa Dívida: esperado novo diálogo

A. M. PIMENTA NEVES
Nosso correspondente

WASHINGTON — Os países em desenvolvimento precisariam de US\$ 45 a 50 bilhões de recursos adicionais nos próximos dois ou três anos, disse ontem a autoridade financeira de um desses países ao anunciar o início de uma nova investida do Grupo dos 24 para modificar o sistema monetário internacional.

O grupo reúne-se em nível de suplentes nos dias 19 e 20 de agosto, na sede do FMI, em Washington, para examinar as propostas de um comitê técnico encarregado de propor o aperfeiçoamento do sistema. Ao mesmo tempo, examinaria as recomendações do Grupo dos 10, que representa os principais países industrializados do Ocidente.

Muitas das propostas não são novas, mas representantes do grupo de trabalho dizem que desta vez foram formuladas com grande rigor técnico e será impossível aos países industrializados descartar as reivindicações dos pobres, sob o pretexto de que são vagas.

Por alguma razão, esses porta-vozes do Grupo dos 24 acham que a próxima reunião do comitê interino do Fundo Monetário Internacional, a

realizar-se em Seul no início de outubro, propiciará um debate entre o Norte e o Sul de Nível qualitativo nunca antes atingido. Os observadores costumam encarar com ceticismo essas promessas, por julgar que as posições são bem conhecidas e são tomadas tanto por razões técnicas como políticas.

Em suma, os países em desenvolvimento continuam achando que o mundo ainda não emergiu da profunda crise dos anos 80. A recuperação, dizem esses porta-vozes, é incerta e frágil, e a diminuição do ritmo de expansão da economia americana adiciona um novo elemento de apreensão, já que as demais economias industrializadas podem não compensar a perda.

O principal problema dos países em desenvolvimento é o hiato de recursos. O sistema internacional teria então de prover algum tipo de apoio ou a crise "se aprofunda e explode".

O grupo de trabalho acha que há falta de liquidez no mundo, especialmente quando se tem em vista as necessidades dos países em desenvolvimento. O Grupo dos 24 tem pedido uma alocação de direitos especiais de saques pelo FMI de US\$ 15 bilhões anuais por um período de três anos. Os industrializados ale-

gam que isso seria inflacionário, além de desnecessário. Mas os representantes dos pobres citam cálculos dos técnicos do FMI para demonstrar que a liquidez internacional comportaria uma expansão de US\$ 300 bilhões até 1990, para atingir níveis comparáveis aos dos anos 70.

As necessidades de liquidez não podem ser satisfeitas mediante empréstimos dos bancos comerciais, disseram esses porta-vozes, num encontro com jornalistas especializados no Banco Mundial. Os bancos não estão emprestando o suficiente, mesmo aos países que merecem crédito. Além disso, lembrou um deles, para ter crédito o país tem de recompor as suas reservas internacionais, mas para isso precisa de empréstimos. "É a história da galinha e do ovo", comentou.

Na área cambial, as recomendações do grupo de trabalho insistem numa coordenação das políticas nacionais. O Fundo Monetário deveria coordenar a intervenção oficial no mercado toda vez que as taxas de câmbio ficassem aquém ou além de determinados níveis.

Mas quando se perguntou como se determina o nível de equilíbrio correto, o economista disse que não se pode pensar em equilíbrio que não

assegure o crescimento econômico, especialmente dos países em desenvolvimento.

BRASIL E BANCOS

Um porta-voz do FMI disse ontem que Jacques de Larosière está de férias e não enviou nem está considerando enviar no momento qualquer telex aos bancos, solicitando que renovem o prazo do acordo da fase dois com o Brasil.

Mas afirmou também que o diretor-gerente do FMI sabe quais seriam as consequências da não-renovação do acordo para o Brasil e tudo faria para resolver o problema de maneira satisfatória.

Sem o acordo, as obrigações vencidas (principal) do Brasil teriam de ser pagas, e as linhas de crédito comerciais e de depósitos interbancários poderiam ficar descobertas.

Já foi marcada a data para a reunião da diretoria executiva do FMI em que se examinará o relatório de consultas feitas pelos seus técnicos com o governo brasileiro, com base no artigo 4 dos estatutos da instituição. É o dia 28 de agosto. Fontes brasileiras temem que alguns diretores executivos importantes façam críticas severas à execução do programa de ajustamento do País.